

ENSINO À DISTÂNCIA:

MUDANÇA DE PARADIGMA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: ENSINO À DISTÂNCIA COMO FACILITADOR DA EDUCAÇÃO A TODA POPULAÇÃO

Rebeka Cavalcanti Moraes Cronemberger
Leandro Vilaça de Macedo

RESUMO

A tecnologia na educação pode ser utilizada de várias formas pelos educadores. Basta que o educador, a unidade escolar e o seu corpo discente tenham clareza, “sobre como utilizar, para que utilizar”. Atualmente a Educação a Distância (EAD) está diretamente ligada às tecnologias da informação e da comunicação, tendo a internet como o meio mais utilizado. Diante disto, torna-se necessário uma reflexão e avaliação constantes no campo da tecnologia Educacional, principalmente no ensino, onde o objeto de estudo é a especificidade do acesso à educação para toda população do Brasil através da EAD, que está por sua vez em constante transformação, atualização e dinamismo que impõem também o mercado de trabalho. Assim, o presente trabalho vai analisar importância do ensino à distância e como o ensino com a tecnologia associada, como a exemplo do ensino superior, principalmente na modalidade EAD pode ser um facilitador da educação a toda população. Em se tratando do presente estudo, a metodologia aplicada será composta de uma pesquisa exploratória e bibliográfica, onde se buscará coletar informações sobre o assunto, através de dados primários e secundários como livros, revistas, trabalhos científicos de autores confiáveis e sites oficiais na internet que tratam deste tema.

Palavras-chave: Tecnologia. Educação. Ensino à distância. Mudança de Paradigma.

ABSTRACT

Technology in education can be used in many ways by educators. It is enough that the educator, the school unit and its student body have clarity, “how to use, what to use”. Currently, Distance Education (EAD) is directly linked to information and communication technologies, with the internet as the most used medium. In view of this, it is necessary to constantly reflect and evaluate in the field of Educational technology, especially in teaching, where the object of study is the specificity of access to education for the entire population of Brazil through EAD, which is in turn constantly transformation, updating and dynamism that also impose the labor market. Thus, the present work will analyze the importance of distance learning and how teaching with associated technology, such as higher education, especially in distance learning can be a facilitator of education for the entire population. In the case of the present study, the applied methodology will consist of an exploratory and bibliographic research, where it will seek to collect information on the subject, through primary and secondary data such as books, magazines, scientific works by reliable authors and official websites on the Internet that deal with this topic.

Keywords: Technology. Education. Distance learning. Paradigm change.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo dos direitos fundamentais sociais é o de buscar diminuir ou extinguir as desigualdades sociais entre os cidadãos. É preciso ainda que eles sejam financiados e administrados pelo Estado. Neste sentido, a educação se apresenta como um direito de natureza fundamental social e, dessa maneira, o estado possui a obrigação de proporcioná-lo.

Assim este trabalho busca como objetivo compreender como a educação a distância se transforma em uma ferramenta facilitadora de educação que pode chegar a toda população brasileira.

A definição de Educação a distância segundo o Ministério da Educação e Cultura (MEC) é a modalidade educacional na qual alunos e professores estão separados, física ou temporalmente e, por isso, faz-se necessária a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação. Essa modalidade é regulada por uma legislação específica e pode ser implantada na educação básica (educação de jovens e adultos, educação profissional técnica de nível médio) e na educação superior.¹ A tecnologia informatizada está cada vez mais implantada no dia-a-dia profissional e as instituições educacionais anseiam o uso desta tecnologia para modificar e modernizar as propostas pedagógicas. Atualmente a Educação a Distância (EAD) está diretamente ligada às tecnologias da informação e da comunicação, tendo a internet como o meio mais utilizado. Diante disto, torna-se necessário uma reflexão e avaliação constantes no campo da tecnologia Educacional, principalmente no ensino, onde o objeto de estudo é a especificidade do acesso à educação para toda população do Brasil através da EAD, que está por sua vez em constante transformação, atualização e dinamismo que impõem também o mercado de trabalho.

1.1 PROBLEMA

As técnicas e os métodos utilizados no ensino superior são diversos, mais amplos e mais flexíveis dos que os utilizados no ensino médio.

¹ PORTAL DO MEC. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12823:o-que-e-educacao-a-distancia> acesso em: jun. de 2020.

O aluno que está prestes a ingressar na Universidade, o vestibulando, de modo geral, está vindo de um ciclo de ensino onde o professor é basicamente o transmissor e o portador do conhecimento. A maioria das escolas prioriza conteúdos e resultados e cabe ao aluno memorizar o maior volume de matérias possível, competindo com os colegas nas melhores pontuações.

Na universidade, pressupõe-se que o aluno tenha desenvolvido a capacidade de pensar, analisar, comparar, criticar, já que será exigido na habilidade em criar hipóteses, problematizar conceitos, trabalhar colaborativa e coletivamente.

Na Educação a distância, além dos pré-requisitos mencionados acima, espera-se que o aluno tenha habilidades e características pessoais que o levem ter disciplina, foco, autonomia, responsabilidade e organização para a rotina deste sistema de ensino. Além disso, para o sucesso na modalidade a distância, o aluno deve ter conhecimento básico em informática e uma estrutura física compatível (computador, internet e softwares atuais).

Visando estabelecer uma relação entre o Ensino Superior a Distância e o Ensino Médio, a presente monografia pretende aprofundar o estudo dos dois ciclos de Ensino sob o ponto de vista da Didática e da Tecnologia com foco na mudança de paradigma na educação, visando um olhar sobre o EAD.

O Ensino Médio tem estrutura, didática, e metodologia muito diversa e distante da utilizada no Ensino Superior a Distância. Muitos alunos não têm acesso à educação por inúmeros fatores. Como a mudança de paradigma sobre EAD pode mudar este cenário deve ser o foco do estudo. Sendo assim, como é importante a educação à distância para inclusão educacional de toda a população brasileira?

Algumas questões de estudo podem ser formuladas no entorno deste questionamento:

a. O que é EAD? b. Qual origem do *EAD*? c. Como funciona o EAD? d. Qual o histórico do EAD no Brasil? e. Qual o direito à educação de acordo com a legislação no Brasil? F. Qual importância da EAD para o acesso à educação na população, principalmente no ensino superior? G. Quais possibilidades e desafios da EAD no Brasil? As respostas aos questionamentos anteriormente apresentados balizarão o presente trabalho, a fim de elucidar de uma maneira mais didática o presente problema apresentado.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

O presente estudo busca compreender a importância do EAD como facilitadora da educação brasileira e do acesso à educação.

1.2.2 Objetivos Específicos

Com a finalidade de delimitar e alcançar o desfecho esperado para o objetivo geral, levantou-se objetivos específicos deste estudo são transcritos abaixo:

- a. Definir a origem do *EAD*.
- b. Apresentar qual o objetivo da criação do *EAD*
- c. Aprofundar sobre o direito à educação.
- d. Revisar sobre a Educação brasileira e seus problemas.
- e. Expor o panorama da tecnologia do Ensino superior a Distância.
- f. Compreender como o sistema escolar brasileiro está intrinsecamente ligado a legislação educacional vigente.
- g. Avaliar como o EAD é importante na mudança de paradigma.
- h. Analisar como a EAD se faz uma ferramenta facilitadora de aprendizagem perante perfil de alunos para o EAD.
- i. Verificar quais possibilidades e desafios da EAD no Brasil.
- J. Concluir sobre como se pode usar a EAD de forma mais eficaz levando inclusão educacional nas regiões do Brasil.

1.3 JUSTIFICATIVAS E CONTRIBUIÇÕES

Os benefícios desta pesquisa do tema, além de expandir o conhecimento científico visando destacar as principais diferenças entre o ensino médio acerca da formação superior à distância, é promover dados para um programa de divulgação e preparação para tal modalidade de Ensino ao mesmo tempo que promove uma mudança de paradigma e preconceitos com o ensino à distância.

Sendo assim, se compreende que é de suma importância que tal assunto seja alvo de debates e estudos, com enfoque na solução do problema de exclusão

educacional, promovendo um estudo que busque tratar de quebra de barreiras com o uso do EAD.

Assim como as propostas renovadas presentes na Educação superior, principalmente no formato de ensino a distância, deveria existir uma reformulação e supervisão de um novo programa para o Ensino Médio.

Desta forma, com o presente estudo pretende-se contribuir para esta mudança de paradigma na educação no Brasil. Como contribuição, inovações no sentido de buscar proporcionar a opção do EAD.

2 METODOLOGIA

A pesquisa do tema escolhido foi feita por consulta bibliográfica a documentos e trabalhos científicos (artigos, trabalhos de conclusão de curso e dissertações), a qual prosseguiu até a fase de análise dos dados coletados neste processo (discussão de resultados).

Trata-se de estudo bibliográfico que, para sua consecução, terá por método a leitura exploratória e seletiva do material de pesquisa, bem como sua revisão integrativa, contribuindo para o processo de síntese e análise dos resultados de vários estudos, de forma a consubstanciar um corpo de literatura atualizado e compreensível.

O delineamento de pesquisa contemplará as fases de levantamento e seleção da bibliografia; Cumpre mencionar ainda que no percurso de desenvolvimento serão seguidas algumas etapas: a) identificação e delimitação do assunto; b) identificação das fontes disponíveis; c) leitura, e, e) redação.

Para a definição de termos, levantamento das informações de interesse e estruturação de um modelo teórico de análise será realizada uma revisão de literatura nos seguintes moldes:

a. Fontes de busca

- Artigos científicos e publicações das bases de dados do Scholar Google e do SCIELO;
- Livros e monografias;
- Literatura jurídica brasileira;

- Portal do MEC;
- Leis de diretrizes e Bases da educação.

b. Estratégia de busca para as bases de dados eletrônicas

Se fará uso de sites de busca na internet utilizando os seguintes termos descritores: "EAD", "ensino à distância", "*acesso à educação no ensino à distância*".

c. Critérios de inclusão:

- Estudos publicados em português.
- Estudos referentes ao assunto.

d. Critérios de exclusão:

- Estudos que não sejam relacionados ao tema.
- Estudos que não sejam em português.

Por tratar-se de uma pesquisa bibliográfica a pesquisa foi limitada pela impossibilidade conceber resultados de uma pesquisa aplicada.

2.1 REVISÃO DE LITERATURA

Quanto aos princípios que embasaram a Educação à Distância no Brasil, temos, de acordo com a segunda unidade da matéria os seguintes precedentes: 1) a primeira, presente no decreto 2.494, de 1998, que regulamenta o artigo 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394); 2) e a segunda, publicada sete anos depois, no Decreto que regulamenta a EAD no Brasil.

Educação a distância é uma forma de ensino que possibilita a auto-aprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos diversos meios de comunicação. (Artigo 1º do decreto nº 2.494, de 1998). Para os fins deste Decreto, caracteriza-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos (Decreto 5.622, de 2005).

Temos conhecimento que data o surgimento da EAD no mundo do Século XV. Sabemos também que a difusão da EAD no mundo se deve principalmente à França, Espanha e Inglaterra, pois os centros educacionais desses países contribuíram bastante para que os outros pudessem adotar os modelos desenvolvidos. Ainda de acordo com esta unidade a evolução histórica da EAD no Brasil, assim como no mundo, é marcada pelo surgimento e pela disseminação dos meios de comunicação. Temos que a partir da década de 60 é que se encontram registros, alguns sem avaliação, de programas de EAD. Foi criado, inclusive, na estrutura do Ministério da Educação e Cultura, o Programa Nacional de Teleducação (Prontel), ao qual competia coordenar e apoiar a Teleducação no Brasil. O histórico da Educação a Distância no Brasil permite verificar que esta concepção de educação é longínqua e que perpassa por vários formatos, no sentido de atender ao público vigente. Saraiva (1996) lista o percurso traçado pela EAD e alguns projetos que pontuam esta trajetória. Concluiu-se na unidade que a educação a distância no Brasil, assim como em outros países, surge da necessidade de favorecer o acesso ao ensino, encurtando distâncias

Chegando em território brasileiro no começo dos anos de 1930, Nicolás Goldberge trouxe como bagagem a sua experiência em eletrônica, colocando em prática o primeiro curso técnico feito por correspondência no Brasil. A metodologia desse curso era formada pelo envio de apostilas e também de um kit de componentes eletrônicos e a interação ocorria através do envio de correspondências pelos correios. Desde então, inúmeras instituições de ensino alcançam um relevante benefício social no que diz respeito à qualificação de pessoas.

Entretanto, no campo da educação profissional a distância pública a ausência de uma legislação não permitiu seu avanço. Foram as instituições privadas que conquistaram espaço, ofertando cursos profissionalizantes considerados livres, sem necessidade de registros formais, devido ao não intervencionismo do poder público. Essa postura foi responsável também pela estagnação do ensino regular (ALVES, 1994).

Para Alves (1994), o marco legal para educação a distância no Brasil veio com o advento da primeira LDB, por meio da Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961. No Artigo 25, parágrafo segundo, dizia: *“Os cursos supletivos serão ministrados em classes ou mediante utilização de rádio, televisão, correspondência e outros meios de comunicação que permitam alcançar o maior número de alunos”*

(BRASIL, 1971, s.p.). A lei não fez nenhuma referência à educação profissional a distância e, por esta razão, os cursos livres profissionalizantes tornaram-se o campo fértil da EAD brasileira.

Até a aprovação da nova LDB, (Lei 9.394/06) as propostas de regulação para EAD têm se referido apenas à educação superior, até pelo fato de a educação profissional somente se figurar efetivamente como parte da educação básica a partir da Lei 11.741/08. Até então os cursos da educação profissional eram ofertados de forma paralela (concomitante) ao ensino médio ou após sua conclusão (subsequente). Por conseguinte, a LDB no seu artigo 80 abre novos horizontes para essa modalidade em todos os níveis da educação, estabelecendo: “*O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada*”. Apesar disso, os primeiros projetos formais de educação profissional de nível médio somente começaram a ser pensados com a regulamentação do artigo 80 da LDB a partir da publicação do Decreto 5.622/05.

Sendo assim, o Decreto 5.622/05 se apresenta como marco histórico legal que resultou no começo do oferecimento de cursos formais voltados para a educação profissional, tornando mais forte e fomentando a implantação de cursos técnicos de nível médio subsequente também à distância. Este decreto em análise também tornou possível que fosse implantado, através de ações do Ministério da Educação, da primeira política pública que se direciona a fomentação da oferta de cursos técnicos de nível médio realizados à distância através das instituições de ensino público.

Quanto as perspectivas que se apresentam aos alunos de educação à distância, está a maior facilidade de acesso à educação por meio da interatividade, que é possibilitada pelas práticas educativas da EAD e viabiliza a construção de uma rede colaborativa de construção do conhecimento, onde o aluno é instigado a refletir sobre o seu ponto de vista e, também, sobre o pensamento do outro, criando uma gama maior de oportunidades. Quanto aos problemas que o mesmo apresenta, primeiramente, é necessária a disponibilização de um ou mais funcionários especializados, ou, serviço terceirizado, especializado e disponível em tempo integral para responder as críticas. É preciso reconhecer os erros e corrigi-los rapidamente, garantindo que as reclamações sejam respondidas de forma humilde, cuidadosa, sempre com um pedido de desculpas e alternativas para resolver o

problema. Para corrigir esse quadro, é preciso concentrar esforços na criação de um conteúdo para reverter a imagem negativa. Acredito serem de suma importância estas perspectivas no contexto nacional, uma vez que no Brasil se apresentam inúmeras dificuldades para a população ter acesso ao ensino superior, sendo que a mesma pode ampliar este acesso sem ter um ensino de má qualidade, formando profissionais qualificados que muitas vezes não iriam poder se formar sem o ensino à distância.

2.1.1 Evolução do EAD

A EAD tem evoluído ao longo do tempo, tendo seu início a partir da escrita, quando a humanidade passou a interagir por correspondência por meio da comunicação a distância. Evidentemente, ganhou mais espaço e notoriedade com o desenvolvimento e a incorporação de tecnologias. Entretanto, foi entre o final do século XVIII e meados do século XIX que a educação a distância se desenvolveu a partir da educação por correspondência (BERNARDO, 2002).

Mesmo com todos os problemas observados na correspondência via correio tradicional quando comparadas às novas mídias, a educação a distância vivenciou uma grande evolução. Em um contexto histórico, é possível assegurar que as primeiras estratégias sistemáticas da EAD surgiram no século XX. Fiala, Verona, Baptista e Batista (2008) lecionam assim sobre o tema:

Nos anos 30, diversas universidades norte-americanas ofertaram cursos à distância. Na década de 60, as universidades à distância sofreram muitos preconceitos em relação à sua modalidade, mas houve também, a criação da Universidade Aberta da Grã Bretanha, que foi um marco muito importante, pois trouxe a utilização de novos meios como a televisão e os cursos intensivos em períodos de recesso da educação convencional. Esta experiência acabou se transformando em um modelo de EaD e trouxe muita competitividade nos cursos presenciais. Ainda na década de 60, também foi criada a Universidade Aberta da Venezuela e a Universidade Estadual à Distância da Costa Rica. (FIALA, VERONA, BAPTISTA E BATISTA, 2008, pág. 02)

Os autores afirmam ainda que a educação profissional no Brasil iniciou-se em 1891, com a oferta de um curso de datilografia por correspondência anunciado nos classificados do Jornal do Brasil (FIALA, VERONA, BAPTISTA E BATISTA, 2008),

apontam também outras experiências com a educação profissional a distância no Brasil.²

Ainda que a modalidade da educação a distância no Brasil seja considerada uma experiência bem recente, o artigo 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 já tratava dessa modalidade de ensino, embora sua regulamentação tenha surgido apenas em 2005 com o Decreto n.º 5.622. Até então havia uma pressão social muito grande para a oferta de cursos a distância, principalmente, para formação de professores. No entanto, pode-se dizer que o Decreto inaugurou a legalização dessa modalidade de ensino no Brasil para a oferta de cursos nos níveis oficiais de ensino.

Para Alves (1994), o marco legal para educação a distância no Brasil veio com o advento da primeira LDB, por meio da Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961. No Artigo 25, parágrafo segundo, dizia: “Os cursos supletivos serão ministrados em classes ou mediante utilização de rádio, televisão, correspondência e outros meios de comunicação que permitam alcançar o maior número de alunos” (BRASIL, 1971, s.p.). A lei não fez nenhuma referência à educação profissional a distância e, por esta razão, os cursos livres profissionalizantes tornaram-se o campo fértil da EAD brasileira.

Até a aprovação da nova LDB, (Lei 9.394/06) as propostas de regulação para EAD têm se referido apenas à educação superior, até pelo fato de a educação profissional somente se figurar efetivamente como parte da educação básica a partir da Lei 11.741/08. Até então os cursos da educação profissional eram ofertados de forma paralela (concomitante) ao ensino médio ou após sua conclusão (subsequente). Por conseguinte, a LDB no seu artigo 80 abre novos horizontes para essa modalidade em todos os níveis da educação, estabelecendo: “O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada”. Apesar

² 1923 - Edgar Roquete Pinto e Henry Morize fundaram a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro dando início aos programas radiofônicos educativos;

1937 - O Ministério da Educação e Saúde criou o Serviço de Radiodifusão Educativa, sob influência da ditadura do Estado Novo;

1939 - Fundação do Instituto Rádio Monitor que mantinha cursos por correspondência no campo da eletrônica. A instituição existe até hoje;

1941 - Fundação do ainda existente Instituto Universal Brasileiro, que buscava a formação profissional de nível básico e médio. Início das primeiras experiências, de uma série futura de empreendimentos;

1943 - A Escola Rádio-Postal “A Voz da Profecia” oferecia, com apoio da Igreja Adventista, cursos bíblicos por correspondência;

1946 - O SENAC iniciou suas atividades e desenvolveu a Universidade do Ar em 1950, cobrindo localidades fluminenses e paulistas.

disso, os primeiros projetos formais de educação profissional de nível médio somente começaram a ser pensados com a regulamentação do artigo 80 da LDB a partir da publicação do Decreto 5.622/05.

Depois do Decreto nº 5.622/2005, o Ministério da Educação credenciou inúmeras instituições de ensino com o intuito de que essas ofereçam cursos superiores a distância, realidade que ficou clara através da elevação das matrículas no ensino superior nessa modalidade de ensino. No que diz respeito à oferta de cursos técnicos a distância, que apresenta um crescimento em ritmo lento, especialmente, nas ocasiões de dependência dos sistemas estaduais de ensino que analisam minuciosamente o referido crescimento. Até o instante, não existe uma legislação federal focada neste tema que possa estipular o credenciamento de instituições de ensino e a autorização de cursos.

2.2 DIREITO À EDUCAÇÃO NO BRASIL

Observando ainda que os direitos sociais passaram a existir nas Constituições Brasileiras antes mesmo da Constituição Federal de 1988. No ano de 1824, a Constituição Política do Império do Brasil, apresentava pelos seus incisos XXXII e XXXIII do artigo 179, que fazem parte do título 8, que se referem sobre as garantias dos direitos civis e políticos do povo brasileiro, vejamos:

Art. 179. A inviolabilidade dos Direitos Civis, e Politicos dos Cidadãos Brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual, e a propriedade, é garantida pela Constituição do Imperio, pela maneira seguinte:

XXXII. A Instrução primaria, e gratuita a todos os Cidadãos.

XXXIII. Collegios, e Universidades, aonde serão ensinados os elementos das Sciencias, Bellas Letras, e Artes (BRASIL, 1824³).

Observando ainda que a primeira carta constitucional garantia que a instrução primária fosse gratuita para todos os cidadãos e também o acesso a instituições de ensino e a universidades, locais onde deveriam ser lecionados diferentes elementos, tais como as ciências, entre outros.

Analisar os dispositivos constitucionais em questão deixa claro que, desde o período do Império, existia significativa preocupação do legislador focado na formação cultural da população, enfatizando as áreas da ciência, letras e também

³ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm> . Acesso em: Junho de 2020.

das artes. Situação em que a referida preocupação precisa ficar clara em todas as ações que se referem ao processo educacional de maneira geral, isso porque não é possível formar um cidadão somente através de conhecimentos básicos e insuficientes. Ressaltando que existiam, e ainda existem, inúmeros problemas para as camadas menos favorecidas no âmbito econômico para acessar adequadamente as instituições de ensino e as universidades, sendo então algo essencial se buscar por soluções eficientes para esses problemas.

Analisando também a Constituição Republicana de 1891, constituída através de 91 artigos, assim como 8 que constavam nas disposições transitórias, se refere sobre o assunto em seu § 6º do art. 72, dizendo então que deverá ser entendido como leigo o “ensino ministrado nos estabelecimentos públicos”. Entretanto, em seu § 24 do dispositivo legal em questão, determina ainda que deve ser assegurado o *“livre exercício de qualquer profissão moral, intellectual e industrial”*. Essas determinações destacadas possibilitam o entendimento de que o ensino se responsabilizará por capacitar cada cidadão para que possa exercer atividades profissionais, sendo este o objetivo principal do legislador.

Já no tocante da Carta Constitucional do ano de 1934, onde se encontrava o capítulo II do título V, se referindo sobre a educação e a cultura, deixando clara a intenção do legislador em tornar os direitos sociais mais importantes e, principalmente, focado em solucionar as necessidades de evolução individual e social, com o objetivo de fazer com que os cidadãos fossem capazes de encarar adequadamente os possíveis desafios que surjam durante a realidade do país naquela época. Entretanto, a evidente evolução do texto constitucional acabou não resultando em um melhor acesso à educação e cultura para os cidadãos brasileiros, somente proporcionando o surgimento de conselhos e universidades.

No ano de 1937 ficou muito clara a existência de um significativo retrocesso nessa área da educação, sobre o assunto, as palavras de Boaventura (1997) contribuem dizendo assim:

As condições políticas e ideológicas, internas e externas, terminaram por derrubar o renovador texto constitucional e o País recebeu pela segunda vez, outra carta outorgada, a de 1937, base do Estado Novo. Atribui-se à família a responsabilidade primeira pela educação integral da prole e ao Estado, o dever de colaborar para a execução dessa responsabilidade. Essa Constituição destinava o ensino profissional às classes menos favorecidas. São os avanços e retrocessos nas relações Estado/educação (BOAVENTURA, 1997, p. 89).

No tocante da Constituição de 1937, pode-se ver que a mesma não apresentava nenhum tipo de sistema de ensino, nem mesmo no âmbito estadual. Já no caso da Constituição de 1946, semelhantemente a do ano de 1934, essa apresentou diferentes normas programáticas, onde o capítulo II do título VI ficou focado na educação e na cultura.

No que diz respeito aos avanços proporcionados pela carta de 1946, é possível ressaltar a garantia de gratuidade do ensino para todos os cidadãos que não possuem recursos suficientes e também a obrigação de que as empresas industriais e comerciais proporcionarem cursos qualificantes para seus trabalhadores menores de idade. Ressaltando ainda que não existiam quaisquer ferramentas constitucionais focadas em garantir que os direitos em questão fossem cumpridos. Em todas as Constituições que estiveram em vigor no Brasil, é possível apontar que o direito à educação foi retratado, entretanto, de forma muito discreta. Foi então somente após a promulgação da Constituição Federal de 1988, denominada como a “constituição cidadã”, que os direitos fundamentais dos cidadãos foram tratados de maneira mais enfática.

Observando assim que o direito à educação deve ser entendido como um direito fundamental que se associa diretamente com os direitos sociais resguardados pelo artigo 6º da Constituição Federal, onde este deixa claro que, não só a educação, mas também todos os direitos sociais a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, entrem diversos outros, são fundamentais aos cidadãos.

Apontando também que:

Tal concepção importa elevar a educação à categoria de serviço público essencial, que ao Poder Público impende possibilitar a todos – daí a preferência constitucional pelo ensino público, pelo quê a iniciativa privada, nesse campo, embora livre, é meramente secundário e condicionada (arts. 209 e 213) (SILVA, 2007, p. 784).

As palavras de Silva (2007) ainda contribuem com o assunto dizendo que:

Essa competência é, na verdade, uma norma impositiva de um dever correlato ao direito à cultura e à educação, que envolve também o acesso à ciência. De fato, o art. 215 determina que o Estado (expressão que engloba União, Estados, Distrito Federal e Municípios) garanta a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional. Por outro lado, se diz no art. 218 que “o Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológicas”; e, no art. 205, que a educação é dever do Estado. Não há diferença de contexto

entre o inciso ora comentado e esses dispositivos [...]. “Proporcionar meios” significa criar condições que essa competência-dever impõe àquelas entidades públicas (SILVA, 2007, p. 274).

Sendo assim, a Constituição Brasileira de 1988 fez a consolidação, significativamente, de uma nova abordagem democrática das questões associadas aos direitos culturais, assim como à conservação do meio ambiente e a realização de uma maior proteção da biodiversidade. No contexto do patrimônio cultural, ela se apresentou relevantemente inovadora nos mais variados sentidos.

Cabe ressaltar ainda que a Constituição de 1988 separou uma seção inteira para tratar do direito à educação, garantindo assim com que cada um dos entes federativos precisasse se responsabilizar em direcionar, todos os anos, uma porcentagem mínima de toda a sua receita proveniente dos impostos arrecadados, para conservar e fazer com que o ensino possa evoluir, situação em que a União deve destinar 18% e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, devem destinar 20%. Ressaltando também que o sistema usado na atualidade responsabiliza os Municípios a ter uma atuação prioritária no ensino fundamental e infantil, assim como os Estados e o Distrito Federal, devendo ser uma área prioritária, buscando assim conservar a disponibilização do ensino fundamental e médio (GARCIA, 2014).

A Constituição determina então que:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - valorização dos profissionais do ensino, garantido, na forma da lei, plano de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurado regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União;

V - valorização dos profissionais do ensino, garantidos, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei; VII - garantia de padrão de qualidade. (BRASIL, 1988⁴).

Ressaltando ainda que:

Obrigatória, gratuita e universal, a educação só poderia ser ministrada pelo Estado. Impossível deixá-la confiada a particulares, pois estes somente podiam oferecê-la aos que tivessem posses (ou a “protegidos”), e daí operar antes para perpetuar as desigualdades sociais, que para removê-las. A escola pública, comum a todos, não seria, assim o instrumento de benevolência de uma classe dominante, tomada de generosidade ou de medo, mas um direito do povo, sobretudo das classes trabalhadoras, para que, na ordem capitalista, o trabalho (não se trata, com efeito, de nenhuma doutrina socialista, mas do melhor Capitalismo) não se conservasse servil, submetido e degradado, mas igual ao capital na consciência de suas reivindicações e dos seus direitos (SILVA, 2007, p. 784).

Mesmo que a educação pública seja algo controlado pelo legislador, na realidade fica claro que não existem instituições de ensino públicas, especialmente em nível superior, o bastante para proporcionar as mesmas chances para todos os cidadãos brasileiros.

Dessa maneira, se tratando de um direito social, a educação deve ser entendida ainda como a condição que faz com que todos tenham a capacidade de exigir seus direitos civis, políticos e sociais, compreendida como um elemento essencial para os direitos do ser humano.

2.3 PERFIL DOS PROFISSIONAIS NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Os profissionais que são envolvidos na educação a distância são principalmente os docentes. Sabe-se que como uma nova opção na hora da escolha por um curso os alunos veem na Educação a Distância (EAD) uma melhor opção devido suas necessidades, principalmente devido seu cotidiano acelerado com seu trabalho e até mesmo pela distância entre trabalho, faculdade e residência, o que faz com que muita demanda escolha esta modalidade de ensino.

Desta forma, o educador que se submete a atuar com essa nova realidade se apresenta como um mediador, fazendo com que em cada momento transita entre a função de educador e aprendiz, aplicando sempre as experiências, causando a fortificação do aprendizado mesmo na espécie de ensino à distância. No instante em

⁴ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> . Acesso em: Junho de 2020.

que o ser humano se abaliza como o único possuidor do saber, fica totalmente fechado ao alcance de novos conhecimentos. Sendo assim, o professor precisa exercer uma participação ativa do educando no processo de ensino e aprendizagem através da realização de pesquisa e do desenvolvimento, proporcionando novas possibilidades e visões, possibilitando assim um melhor direcionamento de sua caminhada.

Segundo a concepção de Llano (2006), podemos ver que o educador precisa lecionar os alunos a alcançarem a sua capacidade de administrar o seu conhecimento, que supõe a habilidade para o raciocínio, seleção, construção e adaptação das lições compreendidas, com o intuito de que após isso sejam eles capazes de transformá-las em conhecimento. Desta forma, o aprendiz passará a possuir uma visão do micro até alcançar o macro, lúdica e interativamente.

A partir do desenvolvimento das tecnologias da informação e também as de comunicação, o processo de ensino aprendizagem pode ser disseminado relevantemente. Com essa realidade, os modelos de aprendizagem foram capazes de acompanhar todo o processo evolutivo. De forma mais abrangente, foi possível constatar que as inúmeras mídias podem proporcionar um aprendizado significativo nos mais diversos perfis de cada aluno.

A missão da educação do futuro é ensinar a compreensão entre as pessoas como condição e garantia de solidariedade intelectual e moral da humanidade. (MORIN, 2006, p. 93)

Ajudando nos pensamentos sobre as competências necessárias ao professor para a educação do século XXI, Nóvoa (2001) propõe um perfil: professor reflexivo.

Para Nóvoa (2001) é necessário *“Identificar essas práticas de reflexão – que sempre existiram na profissão docente [...] tentar identificá-las e construir as condições para que elas possam se desenvolver”*. Este poderá ser o caminho para construir a formação contínua do professor *“só uma reflexão sistemática e continuada é capaz de promover a dimensão formadora da prática”*. (NÓVOA apud GENTILE, 2001, p. 14)

Neste sentido, a formação pessoal acontece através de diferentes instantes da vida do ser humano, os estudos de Nóvoa (apud GENTILE, 2001) apontam que a formação se apresenta como um ciclo que deve englobar a experiência do docente como aluno (educação de base), como aluno-mestre (graduação), ainda como estagiário (práticas de supervisão), principiante (nos anos iniciais da profissão) e

ainda como titular (formação continuada). Os referidos instantes unicamente vão se transformar em formadores nas situações em que forem o objeto incessante de esforço de reflexão (NÓVOA apud GENTILE, 2001, p.14). A evolução profissional na instituição de ensino se apresenta como a consequência de um trabalho realizado em equipe, sendo ainda a consequência e procura por ações coletivas, não dividindo tarefas, situação em que todos devem se sentir responsáveis pelo ensino (NÓVOA apud GENTILE, 2001).

Vejamos ainda:

O crescimento pessoal e profissional depende muito do contexto em que efetuarmos nossa atividade. Todo professor verá a escola não exclusivamente como o lugar onde ele ensina, mas onde aprende. A modernização e a produção de novas práticas de ensino só aparecem de uma reflexão compartilhada entre os colegas. Esta reflexão tem lugar na escola e nasce do esforço de encontrar respostas para os problemas educativos. (NÓVOA apud GENTILE, 2001, p. 14)

A inevitabilidade da graduação profissional para o professor também foi motivo de análise de Perrenoud (2000) e ele propõe ter uma referência das novas competências o professor necessita para ensinar.

Desta forma ele define os saberes a serem elevados pelo professor em seu projeto de formação continuada. O professor nos dias de hoje, segundo Perrenoud (2000), necessita:

[...] despende energia e tempo e dispor das competências profissionais necessárias para imaginar e criar outros tipos de situações de aprendizagem, que as didáticas contemporâneas encaram como situações amplas, abertas, carregadas de sentido e de regulação, as quais requerem um método de pesquisa, de identificação e de resolução de problemas. (PERRENOUD, 2000, p. 25)

Os conhecimentos e o saber fazer de alto nível são construídos em múltiplas e complicadas situações envolvendo vários objetivos, às vezes, até interdisciplinares. A aptidão requerida é o domínio dos conteúdos com bastante fluência e distância para construí-los nas conjunturas abertas e tarefas complexas, desfrutando das ocasiões, a partir dos interesses dos alunos, aproveitando os acontecimentos, na essência, favorecendo a apropriação ativa e as trocas dos saberes, sem passar obrigatoriamente por sua exposição metódica, na ordem prescrita por um sumário (PERRENOUD, 2000, p. 27)

A competência do professor se instaura na escolha de situações-problema localizadas no nível médio do grupo e nas improvisações didáticas e ações

reguladoras feitas pelo mesmo na decorrência do projeto. Perrenoud (2000) lembra:

A competência do professor é, pois, dupla: investe na concepção e, portanto, na antecipação, no ajuste das situações-problema ao nível e às possibilidades dos alunos; manifesta-se também ao vivo, em tempo real, para guiar uma improvisação didática e ações de regulação. (PERRENOUD, 2000, p. 45)

Nesta pesquisa bibliográfica foi buscado um referencial teórico que oferecesse elementos formadores do perfil mais próximo do ideal para o professor do século XXI. Conseguiu-se conceber esses traços a partir das teorias defendidas por Edgar Morin, Antonio Nóvoa e Philippe Perrenoud.

A colaboração de Morin é concentrada na teoria da complexidade onde o mais relevante é manter a visão geral, pois ele considera mais simples aprender um conteúdo no qual este faz parte de um contexto. Segundo ele, o professor necessita clarear o conteúdo de sua disciplina com outras visões, para que ele fique mais envolvente e seja melhor compreendido. É de dever do professor inserir esse conteúdo no contexto histórico, cultural, social, filosófico e ético da jornada humana, num trabalho interdisciplinar que alavanque o real desenvolvimento integral do educando. Para se chegar a esse estágio de desenvolvimento profissional o professor necessita estar constantemente atualizado e interado às mudanças profissionais e ao desenvolvimento científico e tecnológico veloz que está se vivenciando. Neste Antonio Nóvoa colabora afirmando que o mais difícil para o professor do século XXI é manter-se atualizado sobre as mais atuais metodologias e práticas de ensino mais eficientes e que isto só será possível através da formação continuada.

Para ele o local mais correto para a continuidade desta formação é a escola, lugar onde se ensina, mas também se aprende com o exercício da reflexão constante sobre as práticas de ensino. A reflexão individual e coletiva dos professores sobre as práticas de ensino e os resultados conseguidos é que devem conduzir a formação continuada desse profissional neste instante de transição e implantação de novos padrões para o ensino. Só essa formação continuada pode preparar o professor para atender as dificuldades das salas de aula neste momento histórico da escola para todos. Segundo Nóvoa, o professor hoje em dia deixou de ser um simples transmissor de conhecimentos para se tornar um coordenador de aprendizagens nas suas mais diversas proporções, além de ser alguém que mantém e compreende um certo conhecimento.

Apenas com a compreensão do conhecimento o professor é capacitado a reelaborar este conteúdo no sentido de sua alteração didática para ensinar um grupo de alunos. Essas ações pedagógicas eficazes carregam em si um potencial enorme de conhecimentos: além do conteúdo disciplinar previsto que existe nas habilidades a serem trabalhadas, as competências a serem desenvolvidas, a definição da técnica de trabalho mais correta ao objetivo proposto, a avaliação dos resultados obtidos, a sequência didática a ser ampliada, etc. Todo esse conhecimento está especificado à profissão de professor como um conhecimento profissional feito na prática do exercício, na reflexão sobre essa prática e na organização desse saber profissional. Esse saber profissional também se encontram especificados no trabalho de Perrenoud como as dez novas competências necessárias ao professor, onde ele aumenta o espaço da sala de aula para toda a organização da escola e reforça a idéia de trabalho transdisciplinar e em equipe.

Para progredir com um trabalho transdisciplinar e coletivo é necessário rever conceitos e estabelecer novos paradigmas. Novamente Morin colabora com a proposta da compreensão mútua, de disposição individual de tolerância e compreensão da complexidade humana e da necessidade da solidariedade intelectual para se construir um mundo melhor: a consciência da Terra- Pátria.

3 DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL

Não é possível assegurar que há alguma espécie de restrição metodológica no tocante da modalidade de educação à distância, entretanto, quando comparado a qualquer outra espécie de ensino, há também certos problemas que possivelmente venham a surgir.

A Educação a Distância, como uma possibilidade pedagógica, requer das instituições educacionais que alterem significativamente sua rotina de trabalho: políticas e procedimentos de inscrição de alunos em disciplinas, horários das aulas, procedimentos de avaliação e presença nas atividades de ensino. Apresenta-se, na esfera pedagógica, como mais uma opção metodológica que, por sua relevância e características próprias (distintas das identificadas na educação presencial), impõe a necessidade de novas aprendizagens, possibilitando inovação nos procedimentos de ensino o que merece especial atenção (MEC, 2012, p.2).

Por conta do desenvolvimento de conteúdos em tempos e espaços variados, isso possivelmente limita a adequada elaboração de conteúdos que necessitam de

diversas horas de trabalho e de trabalho muito sério comparado às experiências em laboratórios, para exemplificar. Analisando cursos como o de medicina, para explanar melhor, raramente existiria a possibilidade de comunicar o conteúdo através das tecnologias atualmente encontradas, entretanto, é notória que ocasiões desse tipo possivelmente são parcialmente solucionadas, pois nem tudo na educação a distância acontece dessa maneira, isso porque, em um contexto técnico, existe a possibilidade de se planejar aulas presenciais que são agregadas ao sistema à distância, tais como estágios ou práticas de ensino. Dessa forma, o aluno realizaria a parcela do curso presencial, sem existir a possibilidade de ser realizado à distância e concluiria a distância tudo aquilo que é capaz de ser desenvolvido dessa forma, tal como os conhecimentos teóricos (CORDERO, 2004 apud CARVALHO, 2013).

Segundo dados apresentados pela UNESCO (1997 apud CARVALHO, 2013), podemos ver que alguns dos problemas mais habitualmente vivenciados no âmbito da referida espécie de ensino, podem ser caracterizados através da falta de estrutura tecnológica adequada, deficiências no planejamento e também pela programação, inexistência de recursos humanos qualificados, com formação que se direciona para a área e de assessoria profissional, inexistência de adequados recursos financeiros e de reconhecimento de sua equivalência educacional.

Sendo assim, uma das mais relevantes necessidades existentes na EAD caracteriza-se através das necessidades e peculiaridades dos estudantes que integram o processo, isso porque o intercâmbio e a interação existente entre eles tornam-se mais simples, o referido intercâmbio não para no decorrer dessa troca de conhecimento, isso porque os problemas são evidenciados e os ambientes se tornam então ambientes de aprendizagem colaborativa, onde os aprendizes devem ficar focados em realizar um processo onde são abalizados como participantes ativos desse procedimento de ensino e aprendizagem, causando um sentimento em alunos e professores de necessidade de estar adaptados com inovadores ambientes de aprendizagem e de evoluídas nomenclaturas, assim como estas: Campus Virtual, aulas virtuais, bibliotecas eletrônicas, teleconferências, videoconferências, professores orientadores, tutores, entre outras. Proporcionando então uma relevante contribuição que normalmente faz com que seja mais simples, a cada dia mais, a realização do processo de construção individual de conhecimento (CARVALHO, 2013).

3.1 USO DA INTERNET NAS PRÁTICAS DIDÁTICAS

Ter alunos que usaram a internet nas práticas didáticas na escola é o primeiro passo para que os mesmos saibam uma educação à distância no ensino superior posterior. Para isso, a escola e o professor deve saber usar as mesmas. Assim como em outras áreas, o desenvolvimento tecnológico, reflete na educação, o professor e o corpo docente também deve acompanhar esses avanços, pois é através dessa ferramenta que ele, poderá já incluir na sua prática, os limites e o uso da ética para utilização desses equipamentos.

Segundo a concepção de Moran (2012), podemos ver que o autor aponta que a instituição de ensino é quase nada atraente. O referido autor ainda leciona dizendo que a escola não proporciona muitos atrativos, situação que faz com que ela não seja motivante para os estudantes e, dessa maneira, diversos deles, especialmente no curso superior, tendem a desistir dos estudos pela falta de interesse, assim como por não terem aptidão para realizar pesquisas e ainda por entenderem que a instituição de ensino se apresenta muito distante das suas realidades. Ressaltando ainda que não é o suficiente fazer com que os estudantes estejam presentes na escola, sendo necessário ainda proporcionar para eles uma educação motivadora, estimulante, provocativa, dinâmica, para assim ser possível reter a atenção deles (MORAN, 2012).

As instituições de ensino se encontram ainda estagnadas aos procedimentos tradicionais de ensino, situação em que elas fazem com que os seus estudantes pratiquem métodos ultrapassados, nada flexíveis, sendo ainda muito repetitivos e monótonos. Ficando claro ainda que diversos dos estudantes já se encontram relevantemente conectados e integrados a um ambiente virtual, sendo essa a realidade do seu dia a dia, onde as suas relações e interações com o mundo são totalmente diferentes, isso porque eles podem fazer sua comunicação e ficarem atualizados de maneira constante, isso por meio das TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação) que se encontram à disposição e a cada dia mais evoluem e fazem parte da sociedade moderna.

Sendo assim, podemos ver que:

Escolas não conectadas são escolas incompletas (mesmo quando didaticamente avançadas). Alunos sem acesso contínuo às redes digitais

estão excluídos de uma parte importante da aprendizagem atual: do acesso à informação variada e disponível on-line, da pesquisa rápida em bases de dados, bibliotecas digitais, portais educacionais; da participação em comunidades de interesse, nos debates e publicações on-line, enfim, da variada oferta de serviços digitais (MORAN, 2012, p. 9-10).

Sendo necessário ainda ofertar para os estudantes uma aprendizagem inovadora, motivando significativamente o aluno que está na sala de aula, levando em consideração que é possível *“aprender estando juntos fisicamente e também conectados, podemos aprender no mesmo tempo e ritmo ou em tempos, ritmos e formas diferentes”* (MORAN, 2012, p. 10).

Ressaltando assim que:

A rede social é uma das formas de representação dos relacionamentos afetivos ou profissionais dos seres entre si, em forma de rede ou comunidade. Ela pode ser responsável pelo compartilhamento de ideias, informações e interesses (LORENZO, 2013, p. 20).

Sendo assim, as redes sociais se apresentam como grupos formados na Internet, possibilitando um veloz compartilhamento de dados e informações, com variados caracteres e formatos, para exemplificar, através delas tornou-se possível a disponibilização de inúmeros tipos de arquivos, textos, fotos, imagens, vídeos, etc. Inicialmente, o uso dessas redes sociais possuía o fundamental objetivo de proporcionar um relacionamento virtual entre amigos ou indivíduos que contassem com interesses em comum, entretanto, por conta da sua significativa evolução, as referidas redes sociais se responsabilizaram por uma função diferenciada na sociedade, na política, na mídia, assim como também no âmbito da Educação.

Segundo ainda as lições apresentadas por Lorenzo (2013), podemos ver que algumas universidades estão apresentando novas aplicações de grande relevância para as redes sociais no âmbito da Educação e, na atualidade, ganharam maior importância como ferramentas úteis para o processo de ensino e aprendizagem no Ensino Superior. O referido autor ainda leciona dizendo que, através das redes sociais, tornou-se possível fazer o compartilhamento de informações referentes aos temas que estão sendo estudados ou propostos ainda na sala de aula, podendo ainda tornar mais significativo o envolvimento dos estudantes com os professores, através da utilização de um inovador canal de comunicação, passando então a ser uma importante opção para que se edifique um saudável relacionamento entre alunos e professores.

Com a utilização de um espaço de colaboração, como redes sociais, o professor por sua vez terá a oportunidade de verificar aspectos muitas vezes difíceis de serem identificados em uma sala de aula, como a capacidade de elaborar textos, melhoria do desenvolvimento na escrita, a pesquisa sobre um assunto, a apresentação de uma opinião e o debate entre os alunos (LORENZO, 2013, p. 30).

Neste sentido, tornou-se possível fazer o veloz compartilhamento com os estudantes de inúmeros materiais que façam parte dos assuntos que estão sendo estudados nas salas de aula, assim como multimídias, notícias de jornais, vídeos, entre diversos outros materiais. Entretanto, os professores, além poderem usar as redes com o intuito de disponibilizar esses conteúdos, são capazes ainda de usá-las de variadas formas durante todo o processo de ensino e aprendizagem. As palavras de Pechi (2013, p. 01) contribuem com o tema dizendo que *“Aproveitar o tempo que os alunos passam na internet para promover debates interessantes sobre temas do cotidiano ajuda os alunos a desenvolverem o senso crítico e incentiva os mais tímidos a manifestarem suas opiniões”*. Entretanto não é possível utilizar as referidas propostas com o intuito de fazer a avaliação individual e coletiva dos alunos.

Sendo assim, as lições de Lorenzo (2013, p. 35) agregam valor ao tema dizendo que o real *“desafio para os educadores é a incorporação dos recursos da internet em redes sociais com uma finalidade de beneficiar o processo de ensino e aprendizagem”*. O autor em questão ainda aponta a existência de diferentes recursos que as redes sociais tornam possível para a educação, podendo ser Grupos Virtuais, Fóruns de Discussão, Blogs, Chats, Mensagens Instantâneas, Reuniões e Videoconferências, Bases de e-mail, Bases de Mapa, entre diversos outros. Os referidos recursos tornam mais eficientes os processos educacionais, disponibilizando também relevantes possibilidades que complementam as aulas no ensino superior, sem causar a limitação do aluno quando comparado o ensino realizado somente no espaço físico das salas de aula, ressaltando ainda que *“O mundo físico e o virtual não se opõe, mas se complementam, integram, combinam numa interação cada vez maior, contínua, inseparável”* (MORAN, 2012, p. 9).

3.2 PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM USANDO AS REDES SOCIAIS

A realidade educacional na atualidade vivencia inúmeras alterações, principalmente no tocante das metodologias de ensino e como é realizado todo o processo de ensino-aprendizagem nas instituições de ensino superior.

Com as referidas novas formas educacionais que podem ser encontradas, podemos ver ainda que as redes sociais virtuais estão beneficiando relevantemente para exista um olhar inovador do educador sobre a forma de colocar em prática os modelos diferenciados que possam chamar mais a atenção dos alunos, possuindo maior dinâmica (SILVA et. al., 2010).

Sendo assim, a maneira simples para se acessar um ambiente comum e que conta com interesses comuns, entre os professores e os alunos, torna então possível uma disseminação mais elevada do conhecimento e também maior interação social. A existência de uma necessidade de se compartilhar as experiências resulta em uma maior relevância para as redes sociais para que ela possa complementar a educação formal. Dessa maneira, as redes sociais são capazes de serem apontadas como uma ferramenta muito interessante para o ensino, proporcionando um elevado nível de interação e comunicação, levando em consideração que a aproximação que as redes sociais proporcionam e também a sua consequente incorporação aos ambientes de educação a distância, contribuem com um pressuposto de Piaget, onde o autor acreditava que o conhecimento não é consequente dos sujeitos e também não dos objetos, entretanto sim das suas interações (ZANCANARO et. al., 2012).

Segundo a concepção de Lee et. al. (2008), essas redes sociais se apresentam como ferramentas pedagógicas onde os indivíduos são capazes de utilizá-las com o intuito de fazer existir maior conectividade e suporte social, disseminando assim a informação de forma colaborativa, podendo então criar um conteúdo e conhecimento, armazenando e alterando o objetivo da informação.

Sobre o assunto, os estudos de Moran (2012) apontam que o ato de aprender ocorre em conjunto com as ações físicas e também pela conexão com as redes, sendo então possível aprender em um mesmo tempo e ritmo, ou em tempos e ritmos variados, dependendo das necessidades dos alunos.

Ressaltando ainda que a utilização das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) recebem o amparo legal através da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da educação nacional, sugerindo ela a realização de uma prática educacional que melhor se adeque à realidade do mundo, assim como ao mercado de trabalho e

também à integração do conhecimento. Sendo assim, o eficiente uso das tecnologias da informação e comunicação em uma instituição de ensino pode ser entendida como uma condição fundamental para a inserção com maior eficácia dos indivíduos na sociedade da atualidade (SILVA, 2010).

A tecnologia deve estar presente em sala de aula de modo a estabelecer uma ligação com os conteúdos trabalhados, para que seja vista como uma metodologia inovadora, capaz de atrair o aluno e facilitar seu aprendizado.

A utilização da tecnologia tem uma profunda abrangência na sociedade, em tudo que relaciona à humanidade a tecnologia está presente, no processo educativo não é diferente, a rapidez das transformações tecnológicas é tamanha que praticamente é impossível fazer previsões, até mesmo em um curto espaço de tempo, de como ela estará entranhada em nossas vidas e no ensino.

Devido ao avanço das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) é possível que em um futuro próximo a estrutura do ensino como conhecemos se torne defasada, tecnologias como a realidade virtual, hologramas, ensino à distância, poderão transformar completamente o ambiente escolar, as palavras chaves para enfrentar esta questão são: adaptação, inovação e ousadia, atualmente no processo educativo podemos afirmar que a presença e o avanço das tecnologias é uma realidade nas escolas, de acordo com Cerny, Almeida e Ramos (2014, p.1333):

Nossa sociedade e, de modo particular, as instâncias de gestão das políticas educacionais e as próprias instituições educativas já construíram consenso sobre a importância de as nossas escolas tornarem-se cotidianamente mais permeáveis às mudanças trazidas pela cultura digital (CERNY, ALMEIDA E RAMOS, 2014, p.1333).

Quanto ao uso de tecnologias para o ensino, o PCN se refere como sendo indiscutível a necessidade do uso de computadores para que o ensino esteja compatível com as demandas presentes e futuras, atualmente o termo “uso de computadores” pode ser substituído por “novas tecnologias”, pois devido ao ritmo das mudanças uma classificação mais abrangente torna-se mais compatível, é fato que o acesso a calculadoras, computadores e outros elementos tecnológicos já é uma realidade para uma parte significativa da população, conforme a Base Nacional Comum Curricular (2017,p.221) “o uso de tecnologias destacando-se a calculadoras

e as planilhas eletrônicas, ajudam no processo de construção de gráficos e nos cálculos (BNCC).

Devido ao avanço tecnológico o uso das novas tecnologias está crescendo vertiginosamente e sua importância curricular tem sido um componente essencial para a educação fornecida nas escolas, segundo os PCN+2 Brasil (2002, p. 229-230):

A escola não pode ficar alheia ao universo informatizado se quiser, de fato, integrar o estudante ao mundo que o circunda, permitindo que ele seja um indivíduo autônomo, dotado de competências flexíveis e apto a enfrentar as rápidas mudanças que a tecnologia vem impondo à contemporaneidade (BRASIL, 2002, p.229-230).

Assim sendo, planejar aulas que utilizam tecnologias da informação com conteúdo diferentes, seria libertar o aluno de uma estrutura rígida e linear para uma atividade mais criativa com acesso a dados reais atualizados, com maior ênfase na interpretação do que nos dados fixos, o que pode mudar a forma com que o aluno estuda e aprende.

É possível afirmar que uso da tecnologia facilita a compreensão dos dados e suas representações e muitas ferramentas computacionais (softwares) trazem importantes ganhos para o ensino dos conteúdos de matemática e ciências, constituem assim um elemento indispensável na prática desse campo, sendo um apoio poderoso ao ensino e facilitando o aprendizado com um melhor aproveitamento do tempo na interpretação das informações.

O desafio está na forma de como se aplicar essa metodologia, a inserção dos recursos tecnológicos na sala de aula requer um planejamento de como introduzir adequadamente as TICs para facilitar o processo didático-pedagógico da escola, buscando aprendizagens significativas para que as tecnologias sejam empregadas de forma eficiente e eficaz.

As mídias integradas em sala de aula passam a exercer um papel importante no trabalho dos educadores, a sala de aula não é o único lugar onde ocorre a aprendizagem e as tecnologias da informação podem proporcionar a formação de diferentes ambientes de aprendizagem e uma maior participação dos alunos, um exemplo disto é a Internet que através dos e-mails, grupos, fóruns, chats, blogs e redes sociais faz o papel de agrupar os alunos nestes diversos ambientes, neste novo desafio é preciso entender que os tempos mudaram e que os alunos de hoje

são diferentes no comportamento e nas expectativas, como são muito acostumados a tecnologia e a cultura digital cabe ao sistema de ensino se adequar aos novos tempos para atender estas necessidades.

Não podemos deixar de citar o papel do docente neste processo, para utilizarmos estes recursos em prol do aprendizado é preciso estar sempre atualizado para acompanhar as inovações, passa a ser compromisso do professor a utilização da tecnologia como uma forma a alcançar os objetivos propostos, o professor é peça importante no processo de uso da tecnologia pois serve como mediador e facilitador; estar aberto a inovações, não ter medo de mudanças e estar sempre disposto a aprender deve ser o perfil do professor, o uso da tecnologia faz com que ele dispense mais tempo no preparo de suas aulas, demanda mais pesquisa, criatividade e versatilidade e também prepara-las com maior antecedência, ele deverá proporcionar aos alunos, em sua disciplina, oportunidade de pesquisa e estudo e utilizar as tecnologias para proporcionar meios que os motivem para que se efetive a aprendizagem.

Cabe também a escola uma reciclagem, uma atualização para atrair os jovens entendendo que em matéria de tecnologia sempre haverá algo novo, a escola está competindo com meios atraentes e eficientes e nem sempre estará “no pico da onda”, porém a escola tem um diferencial que a tecnologia não tem, que é a relação humana, a troca de experiências, conforme esclarece Porto (2006, p.45): “em que a afetividade, as relações, a imaginação e os valores não podem deixar de ser considerados. São alternativas de aprendizagens que auxiliam a interagir, a escolher e a participar nas estruturas sociais e educativas”.

É fato afirmar que o simples acesso à tecnologia não é suficiente para construir o conhecimento, ela é uma ferramenta a mais neste processo serve como criação de novos ambientes de aprendizagem e de novas dinâmicas sociais, porém não substitui o ensino no ambiente escolar, as experiências da convivência entre as pessoas, as trocas de saberes e a presença do docente como condutor deste processo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A introdução da educação a distância e o uso da tecnologia no cotidiano em instituições de ensino superior contribui de forma interdisciplinar e significativa no aprendizado na sala de aula devido à influência que os mesmos exercem frente aos

alunos. O lúdico pela tecnologia é motivador, agradável e enriquecedor e favorece o aprendizado de várias habilidades e o desenvolvimento mental e cognitivo do aluno e isso pode ser aliado com maior facilidade no uso das tecnologias em sala de aula.

Neste estudo tentou-se colocar através de autores e reflexão todos os pontos mais importantes no âmbito do ensino EAD e além de formas de intervenção para melhoria, se propôs o uso do cotidiano de diversas formas e como seu uso se faz urgente e necessário pelos educadores, além de melhoria nos processos de relações de poder, revendo conceitos muitas vezes antigos, porém inviáveis na prática de forma favorável ao aprendizado para um acesso a toda população.

Portanto vale reafirmar que a informática no ambiente educacional, só vem agregar novos conhecimentos de uma forma reflexiva para os educandos, desenvolvendo competências necessárias para uma educação inclusiva no século XXI, assim, exercendo seu real papel que é o de transformação política e social, fornecendo o progresso através do acesso tecnológico na rede educacional, fomentando assim uma gama de conhecimentos ao meio cultural, que na maioria das vezes é negada a classe de baixa renda, que só consegue ter esse acesso a partir dos movimentos educacionais.

Neste processo o educador como mediador dos meios tecnológicos, tem uma missão importante fazendo que os alunos deixem de ser alienados, deixando de apenas consumir a informação, para pensar, repensar e partir dessas análises refletir e utilizar as informações de uma forma coerente, sabendo selecionar o que é importante para o seu dia-a-dia.

E para que o educador consiga mediar todo esse processo de ensino-aprendizagem com a utilização do computador, ele precisa entender qual é o seu papel e os objetivos propostos no projeto pedagógico, no seu plano de curso e a partir desses documentos irem traçando as necessidades dos alunos que chegam constantemente na sala de aula. Portanto, os quatro pilares da educação se enquadram perfeitamente na questão da utilização da informática, o qual os educandos devem por intermédio do educador, aprender a aprender, aprender a ser, aprender a conviver, aprender a fazer.

Somente através da prática educacional, que os alunos podem se desenvolver, e conseguir colocar em prática os pilares da educação, dessa forma desenvolvendo várias competências e habilidades que até então eram feitas de forma apenas mecânica a partir da utilização de livros ou materiais tradicionais que

hoje já estão ficando obsoletos. Com o uso do computador essa interação para o desenvolvimento das habilidades e competências cria um novo significado, o qual os alunos podem usar programas interativos proporcionando um novo aprendizado, ou re-significar quando os alunos já tinham um conceito sobre o assunto e através da utilização das tecnologias consigam atribuir um novo sentido ao seu aprendizado que já havia adquirido, assim a informática possibilita a construção e reconstrução do pensamento.

Com isso, resume-se, a informática deve ser utilizada sim, como ferramenta pedagógica e é passo primordial a EAD, garantindo assim um direito constitucional que é o de ter acesso as novas tecnologias a partir de políticas educacionais desenvolvida para diminuir a exclusão social, e a partir disso começamos a compreender a importância do ensino a distância no ensino superior. Sob essa perspectiva foi possível compreender que as instituições de educação profissional tanto da rede federal quanto das redes estaduais se alinham ao projeto do governo federal e aderem.

Fazendo uso das palavras de Freire (1994) para uma reflexão final deste estudo, uma mudança social só se efetiva com profissionais comprometidos. E estar comprometido significa ter consciência do papel que se exerce na sociedade, capacidade para refletir e agir conforme objetivos individuais, mas que visem o bem comum. Nesse sentido, é de fundamental importância, o desejo e a necessidade de mudança, assim como, o senso de compromisso por parte de todos que conduzem os destinos da educação profissional no nosso país.

REFERÊNCIAS

ALVES. João Roberto Moreira. **A Educação a Distância no Brasil — Síntese histórica e perspectivas**. Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação, 1994.

BERNARDO, V. **Educação a Distância Fundamentos e Guia Metodológico**. 2002. Disponível em <<http://www.virtual.epm.br/home/resenha.htm#historico>>. Acessado em: Jun. de 2020.

BOAVENTURA, Edivaldo Machado. **A educação brasileira e o direito**. Belo Horizonte: Nova Alvorada, 1997.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB**. Brasília, 2006. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acessado em: Jun. de 2020.

_____. **Lei n.º 11.741**, de 16 de julho de 2008. Brasília, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm. Acessado em: Jun. de 2020.

_____. **Referenciais para Elaboração de Materiais Didáticos para EAD no Ensino Profissional e Tecnológico**. Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação, 2007. Disponível em: http://www.etecbrasil.mec.gov.br/gCon/recursos/upload/file/ref_materialdidatico.pdf. Acessado em: Jun. de 2020.

_____. **Referenciais de Qualidade para Educação a Distância**. Secretaria de Educação a Distância/MEC. Brasília, 2007. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf>. Acessado em: Jun. de 2020.

_____. Ministério da Educação. **Bases para uma nova proposta de avaliação da educação superior**. SINAES. 2003. Disponível em [<http://www.unifesp.br/reitoria/orgaos/comissoes/avaliacao/sinaes.pdf>]. Acessado em: Jun. de 2020.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> . Acesso em: Junho de 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> . Acesso em: Junho de 2020.

BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil de 1824**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm> . Acesso em: Junho de 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm> . Acesso em: Junho de 2020.

BRITO, Márcia Regina F. de. **O SINAES e o ENADE: da concepção à implantação**. Avaliação (Campinas) [online]. Vol.13, n.3, pp. 841-850. 2008.

CARVALHO, Adélia Honório de. **A Evolução Histórica Da Educação A Distância No Brasil: Avanços E Retrocessos**, 2013. Disponível em: http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/4653/1/MD_EDUMTE_II_2012_01.pdf . Acesso em: Jun. de 2020.

CERNY, ALMEIDA e RAMOS. 2014 in: DIAS, C.F.B. **Ambiente Virtual de Aprendizagem para o Ensino de Probabilidade e Estatística nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental**. Disponível em: repositorio.utfpr.edu.br/.../PG_PPGECT_M_Dias universidade tecnológica federal do

paraná diretoria de pesquisa e pós-graduação mestrado em ensino de ciência e tecnologia, 2016.

CUNHA, L. A. **Ensino superior e universidade no Brasil**. In: LOPES, E. M. T., FILHO, L. M. F., VEIGA, C. G. – **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação como instrumento da formação cidadã e do desenvolvimento da sociedade democrática: por uma ético-epistemologia da avaliação**. In: RISTOFF, D. I. (ORG). **Avaliação Participativa: perspectivas e debates**. Brasília: INEP, 2005

FIALA. Diane Andréia de Souza et al. **Educação à distância na educação profissional e tecnológica: histórico e perspectivas**. 2010. Disponível em [http://www.centropaulasouza.sp.gov.br/pos-graduacao/workshop-de-pos-graduacao-e-pesquisa/anais/2010/Trabalhos/gestao-e-desenvolvimento-da-formacao-tecnologica/Trabalhos%20Completos/FIALA,%20Diane%20Andr%C3%A9ia%20de%20Souza.pdf]. Acessado em: Jun. de 2020.

FREIRE. Paulo. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

_____. **Educação como prática da liberdade**. 25ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

FREITAS, Henrique; OLIVEIRA. Mirian; SACCOL, Amarolinda; MASCAROLA. Jean. **O método de pesquisa Survey**. Disponível em <http://www.rausp.usp.br/busca/artigo.asp?num_artigo=269>. Acessado em: Jun. de 2020.

GARCIA, Emerson. **O direito à educação e suas perspectivas de efetividade**, 2014. Disponível em: http://www.tjrj.jus.br/c/document_library/get_file?uuid=e6ecb9f7-96dc-4500-8a60-f79b8dc6f517&groupId=10136 . Acesso em: Jun. de 2020.

GENTILE, P. **Fala Mestre! Philippe Perrenoud - A arte de construir competências**. Nova Escola. São Paulo, n. 135, p. 14-20, set. 2000.

_____. **Fala Mestre! Antonio Nóvoa - Professor se forma na escola**. Nova Escola. São Paulo, n. 142, p. 13-15, mai. 2001.

_____. **Fala Mestre! Paulo Afonso Ronca - O conhecimento total**. Nova Escola. São Paulo, n. 148, p. 39-41, dez. 2001.

GOMES, I. C. R. **Que professor se deseja para a sala de aula do ensino superior?** @prender. N. 22, p. 18-19, jan./fev. 2005.

LEE, M. J. W., MCLOUGHLIN, C. **Harnessing the affordances of Web 2.0 and social software tools: can we? nally make “student-centered” learning a reality?** Paper presented at the World Conference on Educational Multimedia, Hypermedia and Telecommunications, Vienna, Austria, 2008.

LITTO, Frederic M.; FORMIGA, Marcos (orgs.). **Educação a distância: o estado da arte**. Volume 2. Pearson. São Paulo. 2012.

LORENZO, Eder Maia. **A Utilização das Redes Sociais na Educação: A Importância das Redes Sociais na Educação**. 3 ed. São Paulo: Clube de Autores, 2013.

MARAGON, C.; LIMA, E. **Os novos pensadores da educação**. Nova escola. São Paulo, n. 154, p. 18-25, ago. 2002.

MEC, Ministério da Educação. 2012. Disponível em: <http://www.mec.gov.br> . Acesso em: Jun. de 2020.

MORAN. José Manuel. **A educação a distância como opção estratégica**. Disponível em <<http://www.eca.usp.br/moran/estrategica.html>>. Acesso em Jun. de 2020.

MORAN, José Manuel. **A Educação que Desejamos: Novos desafios e como chegar lá**. - 5ª ed - . Campinas, SP: Papyrus, 2012.

MORAN, José Manuel. MASSETO Marcos T, BEHRENS, Marilda Aparecida. **Novas Tecnologias e Mediação pedagógica**. Campinas, SP, PAPIRUS, 2000.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Tradução Catarina

MORIN. Edgar. **Educação e complexidade: os sete saberes e outros ensaios - 1921**. Tradução de Maria Carvalho Almeida e Edgard Assis Carvalho (orgs.), 4ª Edição. São Paulo: Cortez, 2007.

NOVOA, A. (Org.) **Profissão professor**. Portugal: Porto, 2. ed., 1995.

_____. **Cúmplices ou reféns? Nova Escola**. São Paulo: Abril; n. 162, p. 14-15, mai. 2003.

_____. **Professor pesquisador e reflexivo**. Rio de Janeiro, 13 set. 2001. Disponível em: <http://www.redebrasil.tv.br/salto/entrevistas/antonio_novoa.htm>. Acesso em: Jun. de 2020.

NUNES, Ivonio. **Noções de Educação a distância**. Brasília: Memeo, 1997.

PACHECO, Eliezer (organizador). **Perspectiva da Educação Profissional técnica de nível médio – Proposta de Diretrizes Curriculares**. Editora Moderna. 2012.

PECHI, Daniele. **Como usar as redes sociais a favor da aprendizagem**. Nova Escola. São Paulo: Editora Abril, 2013. Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/gestao-escolar/redes-sociaisajudam-interacao-profesores-alunos-645267.shtml> . Acesso em: jul. de 2020.

PERRENOUD, F. **Dez novas competências para ensinar**. Tradução Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

POLATO, A. **Remédios para o professor e a educação**. Nova Escola. São Paulo, n. 211, p. 39-45.

PORTO, T. M. E. **As tecnologias de comunicação e informação nas escolas: relações possíveis**. Relações construídas. São Paulo: Rev. Bras. Educ. vol.11 no.31 Rio de Janeiro Jan./Apr. 2006, p.45.

PRETI, Oreste. **EAD: uma prática educativa mediadora e mediatizada**. 1996, p. 17-18. Disponível em: <<ftp://200.137.71.3/Cursos/EnsinoMedio/InformaticaBasica/Helaine/PROEJA%20-%20EAD/PROEJA%20com%20refer%C3%AAsncias/>>. Acesso em: Jun. de 2020.

SILVA, José Afonso. **Comentário Contextual à Constituição**. e. 3. São Paulo, SP: Malheiros Editores Ltda., 2007.

SILVA, A.L. da S.; VIEIRA, E.S.; SCHNEIDER, H. N. **O uso das redes sociais como método alternativo de ensino para jovens: análise de três projetos envolvendo comunidades virtuais**. IV Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade. 2010.

TERENCE. Ana Cláudia Fernandes; FILHO. Edmundo Escrivão. **Abordagem quantitativa, qualitativa e a utilização da pesquisa-ação nos estudos organizacionais**. 2006. Disponível em <http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2006_TR540368_8017.pdf>. Acesso em: Jun. de 2020.

ZANCANARO, A.; et al. **Redes Sociais na Educação a Distância: uma análise do projeto e-Nova**. DataGramZero - Revista de Informação, 2012. Disponível em: http://www.dgz.org.br/abr12/Art_05.htm#autor1 . Acesso em: jul. de 2020.